

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº 11074/000.029/92-08

SESSÃO DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993

ACÓRDÃO Nº 104-10.994

RECURSO Nº 104.601 - IRPJ - EXS.: DE 1987 a 1991

RECORRENTE - WALDIR NORBERTO SCHMIDT (EMPRESA INDIVIDUAL)

RECORRIDA - D.R.F. em URUGUAIANA - RS

R.C.G.

IRPJ - ATIVIDADES RURAIS - EQUIPARAÇÃO DA PESSOA FÍSICA A JURÍDICA - O beneficiamento do arroz em casca, inclusive com a obtenção de outro produto, ainda que realizado em propriedade agrícola e com matéria-prima da mesma - provada a existência de uma atividade industrial - não pode ter o seu lucro tributado de forma favorecida na pessoa física do proprietário do imóvel e equiparação "ex lege" da pessoa física a pessoa jurídica, artigo 97, parágrafo 1º letra "b" do RIR/80.

Recurso não provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por WALDIR NORBERTO SCHMIDT (EMPRESA INDIVIDUAL)

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Salas das Sessões, em 06 de dezembro de 1993

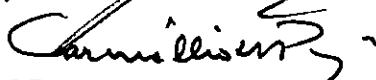
MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

ACORDAO Nº: 104-10.994


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - PRESIDENTE


WALDYR PIRES DE AMORIM - RELATOR


VISTO EM CARMÉLIO MANTUANO DE PAIVA - PROCURADOR DA
SESSÃO DE: 28 JUL 1994 FAZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: EVANDRO PEDRO PINTO, MIGUEL RENDY, ANTÔNIO LISBOA CARDOSO e CARLOS WALBERTO CHAVES ROSAS. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros CÉLIO SALLES BARBIERI JUNIOR e IRACI KAHAN.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES**

2

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

RECURSO Nº: 104.601

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

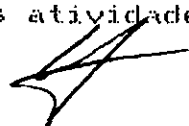
RECORRENTE: WALDIR NORBERTO SCHMIDT (EMPRESA INDIVIDUAL)

R E L A T Ó R I O

Contra a empresa individual em referência, foi lavrado o Auto de Infração de folhas 55/56, com seus anexos, tendo em vista as seguintes razões:

"Com a utilização de meios industriais, o Contribuinte Sr. WALDIR NORBERTO SCHMIDT, CPF 271/071.080-34, PESSOA FÍSICA - PRODUTOR RURAL, com domicílio fiscal a Rua Independência, 952 - Sala 104, Itaqui-RS, efetuou o beneficiamento de ARROZ EM CASCA, os quais industrialização, ARROZ BENEFICIADO E SUBPRODUTOS DO ARROZ, os quais foram vendidos a terceiros através da emissão de NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR (NFP), conforme detalhamento constante dos Quadros Demonstrativos anexos, os quais passam a fazer parte do presente para todos os efeitos legais.

Tratando-se de operação estranha a exploração agrícola e não caracterizadora da mesma, sendo exercida com o fim especulativo de lucro, contrariando as normas legais vigentes e, obviamente, pratica evidente concorrência desleal para com as empresas legalmente constituídas e estabelecidas no ramo de beneficiamento e comércio de arroz beneficiado e seus subprodutos, e, de acordo com a legislação vigente, a PESSOA FÍSICA considerada FIRMA INDIVIDUAL e, conseqüentemente, EQUIPARADA A PESSOA JURÍDICA, nessas atividades.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

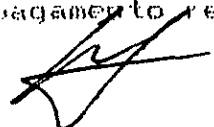
3

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

ACORDAO Nº: 104-10.994

Em 30.12.91, data da ciência, o titular da empresa foi intimado, face a equiparação, a inscrever-se no Cadastro Geral de Contribuintes/MEFP, apresentar as Declarações de Rendimentos/IRPJ, recolher tributos e contribuições devidos, etc., limitando-se a apresentar arrazoadado referente seu entendimento sobre as exigências formalizadas na Intimação, não apresentando as Declarações e tampouco inscrevendo-se no CGC/MEFP.

Face a não apresentação das Declarações de Rendimentos a que a empresa estava obrigada, e não possuindo escrituração comercial e fiscal, como pessoa jurídica, que permita a apuração do LUCRO REAL, em virtude de considerar-se pessoa física, procedemos ao ARBITRAMENTO DO LUCRO da Firma Individual Equiparada a Pessoa Jurídica, tomando como base a receita de venda de arroz beneficiado e subprodutos do arroz, determinada nas Notas Fiscais de Produtor apresentadas pelo contribuinte, pessoa física, inicialmente identificado, sendo que o Lucro Arbitrado, em cada, em cada exercício, foi determinado utilizando-se os coeficientes e regras do arbitramento estabelecidas na Portaria/MF nº 22, de 12.01.79, lavrando-se este Auto de Infração para exigência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e, por ação reflexa a esta, os demais procedimentos formalizados em Autos de Infração e processos distintos, ficando a empresa, por este ato, REINTIMADA A, NO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, APRESENTAR AS DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 1987 A 1991, PERÍODOS-BASE DE 1986 A 1990, BEM COMO AS DECLARAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES E TRIBUTOS FEDERAIS - DCTF, RELATIVAS AOS PERÍODOS DE AFURAÇÃO COMPREENDIDOS ENTRE 01/87 A 12/90, sendo que as MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DAS DECLARAÇÕES estão calculadas até o mês de abril de 1992, devendo ser recalculadas por ocasião da apresentação das referidas declarações e do pagamento respectivo."



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES**

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

Regularmente notificada a autuada apresentou a defesa de folhas 65/75, que agora é lida na íntegra para os Senhores conselheiros e que está assim resumida em seus principais pontos, na informação fiscal de folhas 75/79:

"- que a atividade da pessoa física Waldir Normberto Schmidt, CPF nº 271.071.080/34, é a agropecuária em imóvel rural de sua propriedade, denominado Granja Alvaredo, em Tuparaí, município de Itaquí, RS;

- que não é e não tem empresa rural, tampouco possui indústria, sendo produtor primário com criação de gado e implementação de lavoura de arroz irrigado;

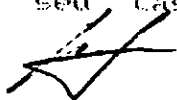
- que a pessoa física de igual nome à firma individual acima, satisfaz a legislação fiscal quanto aos seus rendimentos obtidos na atividade agropecuária, conforme o disposto no artigo 38, RIR/80;

- que, consequência à alegação anterior, inadmissível equiparação da pessoa física à firma individual, entendendo incorretos todos os lançamentos havidos, bem como incorreta inscrição ex-offício no CGC/MF;

- que todas as exigências contestadas devem ser tornadas insubsistentes, sob pena da ocorrência de um "bis in idem" intolerável;

- que a Lei Complementar nº 07/70, que criou o PIS, foi revogada pelos Decretos-Lei nº 2.445 e 2.449 (div!);

- que as disposições contidas no Decreto nº 92.698/86 só são aplicáveis às empresas, o que não é o seu caso, ressaltando que a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

exibibilidade da contribuição FINSOCIAL não mais encontra guarida após a promulgação da Carta/88;

- que a Lei nº 8.134/90 e a IN SRF nº 138/90 não têm efeito retroativo, e da mesma forma a Lei nº 8.023/90;

- que elementos constitucionais relevantes, e cita-os, aplicáveis à matéria "sub examen" foram desconsiderados e, por isso, inválidos todos os lançamentos e autuações;

- que o singelo descascamento de arroz pelo próprio produtor rural não autoriza a equiparação que lhe foi imputada."

Obedecendo o disposto no artigo 19 do Decreto nº 70.235/72, a autoridade fiscal prestou a informação de anteriormente referida, concluindo pela manutenção do lançamento.

A decisão da autoridade monocrática de primeira instância administrativa está às folhas 83/86, mantendo a ação fiscal, sendo o seu entendimento resumido na seguinte ementa:

"IMPOSTO DE RENDA/PESSOA JURIDICA

02.30.15.00 - ATIVIDADES RURAIS - A atividade de beneficiamento de arroz com a utilização de máquinas, por ser industrial, foge inteiramente ao conceito de atividade rural, não se lhe aplicando a tributação especial prevista no artigo 38 do RIR/80 e na lei nº 8.023/90.

02.01.05.00 - CONTRIBUINTES EMPRESAS INDIVIDUAIS - O exercício da atividade de beneficiamento de arroz e comercialização do produto



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº: 11074/000.029/91-08

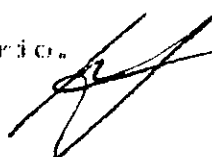
ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

obtido, por incidência da norma contida no art. 97, parágrafo 1º, "b" do RIR/80, determina a equiparação "ex lege" da pessoa física a pessoa jurídica, para os efeitos de pagamento do imposto de renda e demais obrigações tributárias.

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE."

Regularmente cientificado dessa decisão em 06 de novembro de 1992, a parte apresentou o apelo voluntário de folhas 87/96, abrangendo não só o processo matriz como os seus reflexos, cuja leitura agora é realizada para conhecimento dos Senhores Conselheiros.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACÓRDAO Nº: 104-10.994

V O T O

Conselheiro WALDYR PIRES DE AMORIM, Relator.

Estão atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso, que é tempestivo, devendo-se tomar conhecimento do mesmo.

Transcrevo a seguir, a seguinte manifestação de autoria do digno auditor que elaborou a informação fiscal de folhas 75/79:

"A Granja Alvaredo antes citada, é propriedade da pessoa física também antes citada, é uma parceria com seu pai, Sr. Hildor William Schmidt, cfe cópia de contrato de parceria agrícola, em anexo. Lá foi beneficiado o arroz objeto das autuações recorridas. Inclusive a declaração de rendimentos desses parceiros, no ano-base/86, comprova a existência do equipamento necessário para essa operação de industrialização do arroz: a) uma máquina de beneficiamento de arroz, marca LUCATO, mod desmembrada, composta de 60 gavetas, 2 "triuers" para arroz inteiro, 1 peneira classificadora de canjicão, canjica, quirorra, impurezas, ensaque, etc., ano 84; b) uma selecionadora, eletrônica, para arroz, marca TENOSTRAL SELETRON mod SMS 608, série nº 6080122, ano 85. Equipamentos esses no dito ano-base/86, em parceria; já nos anos seguintes, só aparecem nas declarações apresentadas pela pessoa física Waldyr Norberto Schmidt.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

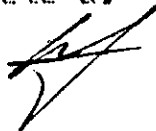
PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

Sem dúvida alguma, através de meios industriais, arroz em casca, de propriedade do Sr. Waldir Norberto Schmidt, produto "in naturz" sofreu transformação, foi descaracterizado, deixou de ser arroz em casca, e foi vendido por meio de nota fiscal em nome desse produtor, uma pessoa física, nas respectivas NFF emitidas, onde consta a discriminação ARROZ BENEFICIADO, todas relacionadas no Quadro Demonstrativo (QD) nº 01, igualmente relacionadas as notas referentes vendas de subprodutos - canjica, canjiço e farelo.

Não bastasse o beneficiamento de arroz em casca, transformação de arroz "in natura" em arroz beneficiado, para descaracterizar a alegada atividade agropecuária, temos como prova incontestada da ocorrência de atividade industrial a existência desses subprodutos. Os rendimentos provenientes da venda dos mesmos, como também os provenientes da venda de arroz beneficiado, jamais poderiam ter constado na Cédula G da declaração de rendimentos pessoa física. Esses rendimentos são receitas de pessoa jurídica, por equiparação e determinação legal. Consequentemente, absolutamente correto o feito em contestação, nada a reparar.

"Na peça impugnatória, em certo trecho, foram lembradas, descabidamente, as Leis nº 8.134/90, 8.023/90 e a IN SRF nº 138/90. Tais diplomas legais e ato administrativo sequer foram citados na autuação fiscal, até porque em nada inovam velho entendimento do espírito do artigo 38, RIR/80, esse mesmo mandamento a que tanto se apegava a autuada, que em nada escora sua pretensão, pelo contrário, em muito compromete-a.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994


Tratando-se de atividades rurais, a norma legal contida nesse dispositivo refere-se tão-só às transformações que não ultrapassem propriamente o conceito de rural, seja, aquelas transformações levadas a efeito de modo simples, rudimentar, sem o auxílio de máquinas, sem que sejam alteradas as características e composição do produto "in natura". Beneficiar arroz, mesmo descascar arroz, implica industrialização, aplicação de processos de maior complexidade mediante o uso de tecnologia avançada e/ou produção em larga escala, e exatamente o que ocorreu."

Por outro lado, no recurso nº 104.955, apresentei o seguinte voto, adotado pela Câmara:

Estão atendidos os pressupostos de admissibilidade do recurso, que é tempestivo, devendo-se tomar conhecimento do mesmo.

No meu entender, a R. decisão recorrida deve ser mantida em todos os seus termos, pois apreciou devidamente os fatos provados no processo e aplicou devidamente a legislação que rege a espécie.

A controvérsia em apreciação nesta instância, em razão do recurso voluntário, em última síntese se refere à aplicação ou não da tributação que a legislação do imposto sobre a renda destina aos rendimentos provenientes das atividades agro-pastoris, tributação essa extremamente favorecida para aqueles que se enquadram nos seus parâmetros.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

O recorrente, que se qualifica como agropecuarista e engenheiro civil, conforme está provado nos autos realiza o beneficiamento de arroz em casca, obtendo na industrialização, arroz beneficiado e subprodutos do arroz, sendo efetuada a sua venda a terceiros.

Pretende o recorrente enquadrar-se no disposto no artigo 38, inciso III, do regulamento baixado pelo Decreto nº 85.450/80, ou seja, ter os rendimentos decorrentes dessa atividade tributando na Cédula G, por se tratar de transformação de produtos agrícolas, feita pelo próprio produtor com matéria-prima da propriedade explorada.

Para enquadramento nesse artigo há a necessidade que exista, em primeiro lugar uma atividade de transformação de produto agrícola proveniente da propriedade explorada pelo artigo 3º do regulamento baixado pelo Decreto nº 87.891 de 23 de dezembro de 1982, caracteriza industrialização qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou a aperfeiçoar para o consumo.

Ora, no caso destes autos, o arroz em casca está sendo transformado em arroz beneficiado bem como obtidos subprodutos. Pode-se concluir, que ocorreu uma operação modificou o acabamento do produto, a apresentação, a finalidade e o aperfeiçoou para o consumo, isto se só se considerar a industrialização do arroz em casca para arroz beneficiado. No caso do subproduto decorrente do arroz em casca houve evidentemente a modificação da natureza do produto.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

11

PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACORDAD Nº: 104-10.994

Não se pode negar, por outro lado que se trata de matéria-prima oriunda da propriedade do recorrente.

Outra exigência feita pelo artigo 38, inciso III, é que a exploração seja feita pelo próprio agricultor. Tal exigência no meu entender, deve se adequar ao objetivo da legislação de beneficiar o próprio produtor agrícola, quando auxiliar por sua família e, ainda por pequeno número de empregados, mas desde que utilizados métodos rudimentares de cuja produção pode-se retirar a sobrevivência dessas pessoas, mas não a criação de um estabelecimento industrial numa fazenda para produzir efeitos tributários trazendo para o seu proprietário um tratamento favorecido, como aquele referente aos rendimentos decorrentes de atividade agrícola ou pastoril.

Deve-se notar, examinando-se os incisos do artigo 38 do regulamento baixado pelo Decreto nº 85.450/80, que nenhum deles faz referência à pessoa do agricultor. O inciso I trata de exploração agrícola e pastoril, o II da exploração da indústria extrativa vegetal e animal, o IV da exploração da apicultura, sericultura, piscicultura e outras, de pequenos animais. Ora, todas essas atividades podem ser exercidas por terceiros, com relação de emprego ou parceria, obtendo o proprietário os rendimentos, decorrentes todos eles de atividades próprias da esfera agro-pastoril.

A exigência contida no inciso III do artigo 30 do RIR/80 é que a transformação seja feita pelo próprio agricultor, que ele tenha participação na operação que ele e seus familiares e empregados seja os beneficiários. Atende-se para o aspecto que o parágrafo único do artigo 30 RIPI/82, afirma que são



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES**

PROCESSO Nº: 11074/000.029/92-08

ACÓRDÃO Nº: 104-10.994

irrelevantes para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

Tanto o Estatuto da Terra como a Constituição Federal sempre beneficiaram o agricultor e sua família, inclusive com imunidade tributária. A legislação do imposto sobre a renda segue o mesmo caminho.

Todavia, no caso presente, encontramos o recorrente, que é engenheiro civil, além de pecuarista e agricultor, proprietário de equipamentos de produção, localizados em suas terras, que transformam matéria-prima própria em produtos industrializados. É evidente que o resultado dessa atividade não pode sofrer a tributação favorecida própria da cédula "G", pois não se trata de uma atividade de sobrevivência realizada pelo agricultor, mas sim uma atividade empresarial visando o lucro, devendo ser tributado o seu resultado com base no artigo 97, parágrafo 19, alínea "b" do regulamento baixado pelo Decreto nº 85.450/80.

Por todo o exposto voto no sentido de que se tome conhecimento do recurso para, no mérito, negar provimento.

Brasília, 06 de dezembro de 1993



WALDYR PIRES DE AMORIM

RELATOR